



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

## **PRESENÇA DE PESSOAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR: SILENCIAMENTOS E (R)EXISTÊNCIAS EM ESPAÇOS ACADÊMICOS**

Marilia Neri  
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil  
Endereço eletrônico: marilianeri@gmail.com

Sônia Sampaio  
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil  
Endereço eletrônico: sonia.sampaio@terra.com.br

### **INTRODUÇÃO**

O presente resumo deriva de uma pesquisa doutoral em andamento intitulada “Trans-vivências universitárias: a presença das pessoas transgênero na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”. Neste resumo, apresento uma revisão bibliográfica realizada em bases de dados brasileiras sobre o debate do gênero e a presença de pessoas transgênero no ensino superior em articulação com o momento atual do cenário social e político, marcado por uma onda conservadora.

Após a destituição da presidenta Dilma (2016) e a ascensão da extrema direita conservadora ao poder (2019), observo que pesquisas sobre pessoas socialmente consideradas como minorias e que subvertem regras de expressão de gênero e sexualidade socialmente aceitas transformaram-se em espaços de resistência política. Assim, a minha pesquisa é um desses espaços de resistência à normatização e ao conservadorismo, já que o estudo sobre pessoas trans, que não se reconhecem pelo gênero que lhes foi designado ao nascimento, e o debate sobre gênero não são bem vindos no Brasil.

O governo Lula (2003 – 2011) realizou investimentos em acesso, permanência e qualidade do ensino superior (ES), como o Programa de apoio a planos de expansão e reestruturação das universidades federais (REUNI) e a Lei de Cotas. Essas ações tiveram impacto no ensino superior e, conseqüentemente, no surgimento de novos perfis de estudantes. No fluxo das ações afirmativas, algumas universidades do Brasil adotaram a reserva de vagas para pessoas trans, possibilitando uma política de reparação, pelo menos inicial, no que diz respeito ao acesso de pessoas com histórico de violência e evasão em espaços educacionais.

**DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

Considerando a educação formal, dentro de uma sociedade cisnormativa, as instituições educacionais são importantes espaços para a reprodução de estereótipos e preconceitos de gênero. Esses espaços, muitas vezes, são marcados pela imposição de formas de ser e estar no mundo, silenciando a diversidade. Pessoas trans sofrem sanções e, por diversos motivos, enfrentam dificuldades em sua trajetória educacional, o que inclui o ensino superior (NARDI et al, 2013).

Para estudar pessoas trans, o gênero não deve se limitar a categorias classificatórias, homem x mulher, o que restringiria suas expressões. Galinkin e Ismael (2011, p. 503) afirmam que o gênero é o construto que explica “relações sociais entre pessoas de diferentes sexos e orientações sexuais, assim como a variedade de sentidos atribuídos a essas diferenças, que ocorrem nas várias culturas e diversas sociedades”. Apesar dos avanços e do reconhecimento da importância em se compreender o gênero como um fenômeno complexo, as construções sobre gênero situam-se entre tensões opostas no contexto brasileiro. Os movimentos sociais alcançaram conquistas em relação a direitos e políticas públicas, entretanto, a força ultraconservadora resiste em permitir avanços. Grupos políticos influenciados por líderes e princípios religiosos são fontes permanentes de atrito em diferentes setores da vida brasileira contemporânea, o que aponta para uma possibilidade de retrocesso nas pequenas vitórias a respeito do gênero e de pessoas trans.

Uma disputa sobre o debate de gênero na educação se deu em 2014, com o Plano Nacional de Educação (PNE), quando o Congresso Nacional votou e retirou o termo “gênero” do texto original após a pressão de alguns políticos. A deturpação do que se entende por gênero está muito relacionada a questões morais. Reis e Eggert (2017) afirmam que o movimento é liderado por figuras religiosas e instituições conservadoras que distorcem informações, impedindo a discussão e o avanço da equidade e do respeito. Diante do exposto, o estudo sobre o gênero no ensino superior bem como pesquisas sobre pessoas trans e sua presença nesse nível de ensino se fazem importantes ferramentas de uma pesquisa inscrita em sua realidade social, considerando o atual momento político brasileiro. Para tanto, este trabalho objetiva refletir sobre o debate da categoria gênero na universidade e a importância política dessas construções.



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

## **METODOLOGIA**

Este trabalho propõe uma pesquisa bibliográfica, com base em trabalhos publicados no Brasil sobre as temáticas de gênero, pessoas trans e ensino superior. A pesquisa bibliográfica se mostra como importante ferramenta para identificar, analisar e interpretar o que já foi produzido sobre o tema em questão (GIL, 2002), levantando possíveis lacunas e/ou outras necessidades de pesquisa.

O levantamento de produções realizou-se na biblioteca eletrônica de periódicos científicos Scielo e no portal de periódicos da Capes. Como critério de inclusão, foi definida a seleção de trabalhos realizados no Brasil, com um período de publicação de dez anos, ou seja, publicados entre 2008 e 2018, além de artigos que estivessem disponíveis em sua totalidade nas bases de dados selecionadas e que tratassem de discussões de gênero e/ou pessoas trans no ensino superior.

A pesquisa foi realizada a partir da combinação de descritores “gênero” e “ensino superior” em revistas acadêmicas revisadas por pares entre 2008 e 2018. A partir da leitura dos títulos e resumos desses trabalhos, foram selecionados 24 artigos considerados pertinentes ao tema e que se incluíam nos critérios de inclusão já descritos. Os demais artigos abordavam como temática gênero e saúde, a educação em outros níveis de ensino, gênero e mundo do trabalho e pesquisas sobre sexualidade.

Em relação à presença de pessoas trans, o descritor “transgênero”, por sua vez, apontou um número significativo de artigos, mas após a análise dos resumos, nenhum versava sobre a temática da educação. Quando utilizado o descritor “transgênero” combinado com o “ensino superior” não foram encontradas publicações no Scielo e 8 publicações na CAPES (dessas, apenas uma abordava a dimensão educacional). A combinação de descritores “transgender student” e “higher education” não resultou em nenhum artigo no Scielo e 8 artigos na Capes escritos em português, mas nenhum deles tratava sobre transgêneros no ensino superior. Os resultados encontrados e a discussão serão apresentados na subseção a seguir.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos trabalhos identificados a partir da combinação “gênero” e “ensino superior” aponta para uma indefinição dos conceitos de gênero apresentados nos textos, bem como um claro uso do termo gênero nos estudos sem uma maior complexificação, apenas analisando diferenças de desempenho entre homens e mulheres, dentro do contexto universitário. Além disso, alguns trabalhos discutem as temáticas relacionadas à presença da mulher no ensino superior, muitas vezes sem problematizar alguns dados. Por exemplo, quando abordam o maior número de mulheres em cursos universitários, mas não discutem a sua ausência em cargos de chefia de departamentos ou quando a análise dos trabalhos aponta ainda que, no que diz respeito à questão do gênero no ensino superior, permanece um debate atrelado à discussão das características de homens e mulheres e à importância da presença de mulheres neste nível de formação. Entretanto, não há uma preocupação em discutir o gênero no currículo formativo de forma transversal ou com disciplinas obrigatórias destinadas a esse fim. Dito de outro modo, o gênero não é considerado como uma construção transversal que perpassa toda as esferas do ensino superior.

O gênero ultrapassa as temáticas e os contextos que envolvem as mulheres; mesmo as abarcando, esse tema pode ser visto de forma complexa, sob novas perspectivas. É imprescindível ultrapassar o binômio homem x mulher, que constrói a falsa certeza de que há formas pré-estabelecidas de existência, restringindo, ao mesmo tempo, a diversidade de mulheres e homens a conceitos universalizantes de “mulher” ou de “homem”. Como afirma Meneses (2009, p.233), “ocultar ou aniquilar a diversidade implica sempre o retorno da exclusão”. A ausência do diálogo de gênero no ensino superior brasileiro resulta na manutenção do conceito de gênero como algo da “natureza humana”, relacionado ao simplista binômio “homem e mulher” como as únicas formas de expressão generificadas.

A análise dos resumos relacionados à presença de pessoas trans no ensino superior aponta que existem dois grandes temas de interesse nas pesquisas: saúde e violência. Em muitos trabalhos, as pessoas trans são incluídas na sigla LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros), o que aponta para uma generalização dos estudos, sem enfoque no público específico. O único estudo encontrado na base da Capes aponta



para uma trajetória de desafios, vulnerabilidade e de exceção, quando pessoas trans acendem a esse nível de ensino.

Os dados podem sinalizar o baixo interesse de pesquisadores sobre esse público bem como o silenciamento frente à educação de pessoas trans. A não-presença destas pessoas em espaços educativos, principalmente no ensino superior, ainda não parece ser alvo de investigações, permanece o silêncio. A partir destas inquietações e constatações, nos interrogamos se o estabelecimento de cotas para pessoas trans na graduação e pós-graduação, em algumas universidades brasileiras, seria o início de um diálogo mais inclusivo no país, sobre outras formas possíveis de ser e estar no mundo. Considerando a recente instituição dessas cotas, essa inserção e permanência de pessoas trans na universidade pode ser estudada para reflexões sobre o impacto dessa política afirmativa.

## CONCLUSÕES

A partir das análises das bases brasileiras de dados, concluímos que ainda não há um número substancial de estudos sobre a presença de pessoas trans nos contextos de educação superior bem como a ausência do debate do gênero enquanto tema transversal na formação dos estudantes.

Essas duas lacunas apontam para um silenciamento sobre gênero enquanto categoria social e política nos espaços do ensino superior. Se publicações sobre esses temas são escassas e elas refletem o que está sendo produzido no interior das instituições de ensino, podemos relacionar essa ausência com a não discussão sobre a existência dessas temáticas e de pessoas que subvertem a lógica cisheteronormativa na sociedade o que pode, assim como em outros espaços, se não incentivar, mas não fomentar formas de combate ou atuação contra o preconceito e a violência.

Assim, a pesquisa demonstra a importância da resistência de estudos com temas para os quais há uma guerra declarada, como se a pluralidade de possibilidades de existências colocasse em cheque o que se considera “família”, pilar do discurso conservador. Apesar das ameaças do atual governo sobre a concessão de bolsas para pesquisa utilizando critérios ideológicos - o que incluiria as relacionadas a gênero -, a construção de conhecimento sobre gênero nos contextos de instituições de ensino e a



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

presença de pessoas trans que atualmente ainda é limitado se revela imprescindível e urgente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Pessoas Trans; Ensino Superior; Resistência Política.

## **REFERÊNCIAS**

GALINKIN, A. L.; ISMAEL, E. Gênero. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias*. Brasília: Techino Politik, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

MENESES, Maria Paula. Justiça Cognitiva. in: Antônio Cattani, Jean Louis Laville, Luis Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 231-236, 2009.

NARDI, H.; MACHADO, P.; MACHADO, F.; ZANEVICH, L. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria e Sociedade*, n. 21.2, julho-dezembro, 2013.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, 38 (138), 9-26, 2017.